

HABEAS CORPUS Nº 549.195 - MG (2019/0359689-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MARCELA DA SILVA CONSTANTINO
ADVOGADO : MARCELA DA SILVA CONSTANTINO - SP423982
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CARLOS ROBERTO AMORIM (PRESO)
PACIENTE : FABIANA ESTELA HORACIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS ROBERTO AMORIM e FABIANA ESTELA HORACIO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.19.138260-5/000.

Noticiam os autos que os pacientes foram presos em flagrante no dia 25-07-2019, por terem, supostamente, cometido o delito previsto no art. 33 c/c o art. 40, inciso V, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz a impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar dos pacientes, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade dos acusados poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis dos pacientes, que teriam ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhes garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que os acusados fariam jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam revogadas as prisões preventivas dos pacientes, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 58-60):

[...]

Em detida análise da decisão primeva, percebo que o

magistrado justificou a necessidade da segregação cautelar do paciente, como forma, principalmente, de garantia da ordem pública, após ter constatado haver prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, senão vejamos:

Carlos Roberto Amorim e Fabiana Estela Horácio, qualificados nos autos, foram presos em flagrante delito pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/06, já que surpreendidos na posse de 674 papелotes de cocaína. Verifica-se, de pronto que presentes os requisitos da autoria e materialidade (...).

No caso dos autos, apesar do alegado pelo combativo Defensor tenho que a quantidade de droga apreendida, por si só, demonstra que a abrangência da conduta visava atingir um número enorme de consumidores de drogas, em evidente forma de desintegração familiar. Assim, temos que a periculosidade dos réus se apresenta com intrínseca, em razão dessa constatação. Por isso são insuficientes as medidas cautelares, já que, apesar de constar os réus como primários, a gravidade da conduta suplantou a questão de se determinar a prisão somente em casos de que a gravidade apresenta de maneira progressiva. Assim, visando a ordem pública, conveniência da instrução criminal, já que até o momento são desconhecidos os demais envolvidos (vendedor e receptor), bem como visando a aplicação da lei penal, já que o distrito da culpa se apresenta frágil e de fácil remoção. (Decisão que decretou a prisão preventiva - f. 15).

A prisão cautelar embasada na ordem pública visa evitar que o agente permaneça delinquindo no decorrer da persecução penal, restando distúrbios e intranquilidade no meio social.

Analisando detidamente os documentos juntados aos autos, notadamente a denúncia de fls. 46/73 - d.u., verifica-se, em tese que os pacientes integrariam organização criminosa formada por indivíduos hierarquicamente organizados e com funções bem definidas para praticar a mercancia de substâncias entorpecentes.

Segundo a exordial acusatória, Carlos revenderia as drogas, adquiridas pela gerência do grupo, aos usuários. Consta, ainda, que Carlos e Fabiana, em 23 de julho de

2019, nas proximidades do KM14 da Rodovia MG 158, no município de Passa Quatro/MG, teriam sido avistados por uma guarnição policial no veículo automotor Renault/Sandero, cor prata, placa OQY-7725, e ao receberem ordem de parada dos policiais, Fabiana, que se encontrava no banco do passageiro, teria lançado pela janela do automóvel um saco plástico de cor preta.

Tem-se que, iniciadas as buscas no veículo, os militares apreenderam a quantia de R\$964,80 (novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) em dinheiro, 01 (um) aparelho celular, 01 (um) tablete, 01 (um) chip e 01 (um) pacote pequeno de invólucros plásticos, cada um com várias cartelas plásticas de embalagens a vácuo contendo cocaína, sendo que as referidas cartelas também foram encontradas no interior do saco plástico supostamente dispensado por Fabiana e posteriormente resgatado pelos policiais.

Ademais, consoante investigações deflagradas no curso do inquérito policial, por meio de interceptações telefônicas, apurou-se que Carlos seria responsável pelo fornecimento das substâncias entorpecentes e sua companheira Fabiana, por sua vez, pelo recebimento de valores provenientes desse comércio ilegal.

Destarte, analisando detidamente o caso concreto, as circunstâncias do delito e a periculosidade dos suspeitos, de fato, a conservação das prisões cautelares dos pacientes se exibem imprescindíveis para a garantia da ordem pública.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, "conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009)" (HC 525.294/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 21/11/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator